

A ESCOLA QUILOMBOLA COMO FERRAMENTA DE FORMAÇÃO POLÍTICA E IDENTITÁRIA

Eixo 7 - Educação, comunicação, informação, direitos humanos e cidadania.

Edson Paulo Santos Lima¹

Elvoclébio de Araújo Lima²

Resumo:

O presente artigo é resultado de uma pesquisa realizada junto às Comunidades Quilombolas no Estado de Sergipe e tem como objetivo analisar as relações político-institucionais e sociais mantidas entre a comunidade e a escola. Nesse sentido, procurou-se analisar o perfil de atuação do educador no seio da comunidade quilombola e o tipo de interferência esse profissional exerce ou pode exercer sobre o processo de formação da consciência política. Entende-se que a questão quilombola ainda não adquiriu a publicidade necessária à ampla difusão de seus valores e do sentido de sua luta por reconhecimento. Por isso, neste artigo as análises feitas pretendem lançar um olhar crítico sobre a função da educação escolar, reforçando a necessidade de aproximação entre a esfera dos saberes locais e a esfera dos saberes escolares. Tal proximidade contribuirá sobremaneira para a formação da consciência política no seio da comunidade.

Palavras-chave: Comunidade quilombola, identidade e educação.

Abstract:

This article is the result of a survey conducted by the Quilombolas Communities in the State of Sergipe and aims to analyze the political, institutional and social relations established between the community and the school. In this sense, we tried to analyze the role of the educator's profile within the quilombola and the kind of interference that professional exercises or can exercise on the process of formation of political consciousness. Understood that the quilombola issue has not yet acquired the necessary publicity to the wide dissemination of their values and the meaning of his struggle for recognition. Therefore, this article analyzes the plan to cast a critical eye on the role of school education, reinforcing the need for rapprochement between the sphere of local knowledge and the sphere of school knowledge. This proximity greatly contribute to the formation of political consciousness within the community.

Keywords: Quilombolas Communities, identity and education.

¹ Mestre em Sociologia/UFS, Especialista em Docência e Tutoria em Ensino a Distância/UNIT, Professor Adjunto da Universidade Tiradentes (UNIT) e Professor de Sociologia em escolas da rede particular. Email: edsonpslima@hotmail.com

² Mestre em Sociologia pela UFS. Antropólogo pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), Professor Adjunto da Faculdade de Sergipe (FaSe), Professor Pesquisador do Núcleo de Pesquisa e Pós Graduação, no Curso de da Especialização Lato Sensu em Violência e Criminalidade na UFS. Email: elvoclebio.lima@aju.incra.gov.br

1 Introdução

A política do Governo Federal voltada para o reconhecimento dos direitos sociais e políticos das comunidades negras e remanescentes de quilombos tem implicado no atendimento de demandas destas comunidades por direitos de acesso à terra, tendo em vista a continuidade e, conseqüente, ampliação de seu modo de vida e de produção.

Atualmente no Estado de Sergipe existem 29 comunidades quilombolas, certificadas pela Fundação Cultural Palmares (FCP) e que iniciaram junto ao Instituto de Colonização e Reforma Agrária o processo administrativo denominado “RTID” – Relatório Técnico de Identificação e Delimitação de Território – o qual garantirá, por meio da regularização fundiária, o acesso dessas comunidades a terra, principal requisito de reivindicação. Tal demanda está amparada na Constituição Federal (ADCT art. 68) o qual garante o acesso aos territórios reivindicados pelas comunidades tradicionais quilombolas. O INCRA e a FCP atuam, nos limites da Constituição, para garantir a concretização do direito à terra às Comunidades Quilombolas. Ainda sobre a base jurídica dos procedimentos, está em vigor o normativo interno do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) temos a Instrução Normativa nº 57/09 a qual define os procedimentos técnicos e científicos que devem ser desenvolvidos no Relatório Técnico de Identificação e Delimitação, destacando cada uma das peças que devem integrar o procedimento administrativo; no tocante ao estudo antropológico o Art. 10 estabelece os critérios, em consonância com o que é prescrito no Decreto nº 4.887/03, para a realização do estudo, destacando-se os seguintes: territorialidade, etnicidade, historicidade, reprodução físico-material e sustentabilidade. Dentro desses critérios se desenvolve o estudo antropológico, amparando-se este num conjunto teórico fornecido pelas Ciências Sociais e pela Antropologia, em especial.

Entretanto, a reivindicação pela terra, apesar de ser o principal motivo do movimento quilombola, há outras frentes de atuação dos movimentos, no sentido consolidar a luta por qualidade de vida, desenvolvimento sustentável e manutenção de seus valores e tradições. Um dessas frentes se refere à Educação.

É importante destacar que no universo de 29 comunidades quilombolas, apenas uma está situada na zona urbana, é o caso da Comunidade Quilombola Maloca, situada no Bairro Getúlio Vargas, Aracaju. Essa inserção na malha urbana insere (apesar de não garantir a qualidade de vida e outras carências que afetam a vida dos quilombolas) a comunidade num contexto de suporte social (proximidade com o centro da vida urbana em Sergipe, redução de distâncias no tocante ao acesso direto às instituições públicas), no caso das demais comunidades as suas respectivas localizações estão situadas na zona rural, geralmente em determinados pontos onde a dificuldade em se chegar acaba impactando diretamente no tipo e na qualidade de assistência que o Estado promove. Para se ter uma ideia, dentre as 29 comunidades quilombolas, 20 comunidades contam com unidades de ensino, destas 20, apenas 2 contam com unidades de ensino que atendam ao alunado entre o 1º e 9º ano, inexistem nas comunidades unidades de ensino que forneçam o ensino médio.

Dentre os objetivos da presente pesquisa, está a análise dos efeitos da ausência do Estado em matéria educacional e o impacto da falta de adequação dos conteúdos sócio-históricos das comunidades, que são vistos pelas próprias comunidades como necessários à formação da consciência sócio-políticas dos membros quilombolas.

Outro dado interessante a ser acrescento se refere à adequação de certos aspectos da formação do educador, em particular dos profissionais da área pedagógica e licenciados em História, isto porque a ausência de linhas de ação e de conteúdos específicos torna a prática educacional em tais comunidades algo obsoleto ou fora das respectivas realidades.

2 Abordagem metodológica

A realização das atividades, pertinentes ao estudo antropológico, induzem à necessidade de se manterem as condições frequentes e cotidianas (quando possível) de contato com os indivíduos que residem na comunidade. Esse processo de aproximação do pesquisador em relação á comunidade é o fundamento social e científico responsável por tornar possível a concretização das finalidades de pesquisa. Sem a interrelação e o contato frequente mantido pelo pesquisador junto à comunidade, o caminho para se

acessar os dados e as informações referentes à história social do grupo étnico seriam praticamente inviáveis.

A relação de aproximação implica, como a longa tradição de debates metodológicos³ promovidos no campo da Antropologia trata, num processo lendo de “familiarização”, caracterizando a transição do pesquisador da condição de “estranho”, de sujeito “alienígena” (em relação ao âmbito de sociabilidade vivida pelos membros da comunidade), do “outro” para a condição de um sujeito familiarizado, mais próximo, cujo acesso à vida, às formas de representação e ao “lar” das pessoas, marcando a superação do paradigma do “exótico” (expressão do distanciamento social e simbólico) em direção ao “familiar”, ao identificável (termos estes que designam a eliminação das distâncias impeditivas do acesso aos elementos fundamentais de definição da identidade do grupo étnico ou social).

A pesquisa abrangeu um período de 6 meses de visitas e idas a campo, de modo que foi possível visitar as comunidades quilombolas localizadas nas microrregiões sergipanas: Vale do Cotinguiba e Sertão. Especificamente as comunidades quilombolas visitadas foram as seguintes: Serra da Guia (Poço Redondo), Mocambo (Porto da Folha), Lagoa dos Campinhos (Amparo do São Francisco), Canta Galo (Capela) e Terra Dura/Coqueiral (Capela). Nessas comunidades ocorreram visitas às unidades de ensino estaduais e municipais, onde foram entrevistados os professores formados em Pedagogia e que atuavam nos quatro primeiros anos do Ensino Fundamental e os professores de História (existem apenas duas comunidades com Ensino Fundamental do 1º ao 9º ano). Participaram também da pesquisa as lideranças comunitárias e as coordenações das escolas, além de alunos dos anos acima citados.

É importante lembrar que a pesquisa levou em consideração a dimensão da vivência coletiva, no entanto, pode ser marcada por diversas formas particulares de experiência, que se vistas individualmente (da ótica da biografia, das trajetórias familiares ou dos sujeitos) talvez não conduzam o leitor ou o estudioso desatento à perceber as conexões intrínsecas que permeiam as formas de sociabilidade e de interação elaboradas no cotidiano do grupo social.

³ Sobre a temática do estudo de campo e a tarefa do antropólogo, consultar: Gupta, Akhil; Ferguson, James. Para Além da “Cultura”: Espaço, identidade e política da diferença.

Todavia, o nosso interesse consiste em fazer uma apresentação panorâmica, sistemática, articulada e convergente da relação entre experiência comunitária e as práticas educacionais em curso, entendendo que essa relação é responsável por formar o amplo campo de vivências sociais e de compartilhamento de sentidos, fundantes do processo de autoconsciência de grupo e estruturador da ideia de comunidade e de identidade. Mesmo admitindo que os sujeitos entrevistados reproduzam, em seus discursos, uma percepção individual dos fatos envolvendo a história da comunidade, pode-se perceber que suas vidas e respectivas trajetórias convergem para formas de cooperação e de solidariedade justificadoras das frequentes e cotidianas formas de socialização.

A aplicação das ferramentas de coleta de dados partiu do entendimento de que era necessário proceder com alguns filtros, servindo estes como elementos de orientação da busca por informações significativas que pudessem ser apresentadas, tendo por base o respaldo da própria comunidade, representada por aqueles sujeitos mais significativos e/ou que estabeleceram com o território e o grupo fortes vínculos de associação e de solidariedade.

Desse modo, procedeu-se, por filtragem, à escolha de “candidatos” à condição de agentes diretos da pesquisa. Nesse sentido, tais participantes contribuíram na condição de importantes elementos de difusão e transmissão de informações referentes à história social e coletiva da comunidade, partindo, como regra geral, de suas percepções e entendimentos individualizados.

3 Contextualizando a identidade do Quilombo

Nesses termos, o segundo eixo teórico-conceitual, propriamente dito, está disponibilizado pela vasta gama de estudos focados nas comunidades remanescentes de quilombo, o que tornou possível, enquanto processo de “intelectualização” do fenômeno ocorrido nas academias e nos círculos de debate científico, a sua “colocação” ou “realocação” na agenda de pesquisa científica promovida fundamentalmente na área das Ciências Humanas. Considerando os diversos posicionamentos teóricos existentes nas Ciências Sociais e, mais particularmente, na Antropologia, priorizaram-se, como foco

temático, os estudos de autores e pesquisadores consagrados que enfrentaram o problema teórico-analítico da categoria quilombo e de suas múltiplas manifestações históricas e sociais. Autores como Fredrik Barth, Maurício Arruti, Alfredo Almeida, Ilka Leite e demais autores que contribuíram sobremaneira para o desenvolvimento de abordagens antropológicas orientadas a análise das manifestações sócio-históricas dos grupos étnicos remanescentes de quilombos.

Um dos pontos comuns presentes nas diversas obras temáticas sobre quilombo e comunidades étnico-raciais se refere ao entendimento sobre a necessidade de considerar o fenômeno sócio-histórico quilombo sob a perspectiva do que se convencionou “ressemantização” da categoria quilombo. Para Almeida (1996; 2002)⁴ e Marques (2009)⁵ os debates em torno dos significados do termo quilombo firmaram um espaço intelectual de reflexão sobre os problemas empíricos da pesquisa social e antropológica envolvendo aquela categoria. Segundo os autores, as representações sociais sobre quilombo e quilombolas – baseadas em grande medida em elementos históricos que sofreram um processo de “reificação”, cujo conteúdo explicitamente reflete posicionamentos etnocêntricos e historicamente limitados (fazendo parte do conjunto de discursos de poder vigentes num dado contexto sócio-histórico e econômico, de natureza político-ideológica) – são até hoje a expressão de interpretações responsáveis por definir o que Almeida (2002) denomina “frigorização” do termo quilombo. Esse tipo de concepção sobre o fenômeno social “quilombo” tende a negar não somente as peculiaridades das manifestações sócio-históricas do grupo étnico, mas a própria dinamicidade característica dos fenômenos socioculturais; em parte, como

⁴ ALMEIDA, Alfredo W. B de. (1996), “Quilombos: sematologia face a novas identidades”, in Sociedade Maranhense de Direitos Humanos & Centro de Cultura Negra do Maranhão (orgs.), *Frechal terra de preto: quilombo reconhecido como reserva extrativista*, São Luís, s. ed., pp. 11-19.

ALMEIDA, Alfredo W. B de. (2002), “Os quilombos e as novas etnias”, in, Eliana C. O’Dwyer (org.), *Quilombos: identidade étnica e territorialidade*, Rio de Janeiro, FGV, pp. 83-108.

ALMEIDA, Alfredo W. B de. (2006), Terras de quilombo, terras indígenas, “babaçuais livres”, “castanhais do povo”, faxinais e fundos de pasto: terras tradicionalmente ocupadas. Manaus, PPGSCA-UFAM.

⁵ MARQUES, C. E. (2008), *Remanescentes das comunidades de quilombos: da resignificação ao imperativo legal*. Dissertação de mestrado, Belo Horizonte, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais. . (2009). “De quilombos a quilombolas: notas sobre um processo histórico-etnográfico”. *Revista de Antropologia*, 52 (1): 339-374.

bem destacou Lima (2008)⁶, o posicionamento que se enquadra na perspectiva acima descrita, tende a considerar os fenômenos culturais como eventos perpetuados na história, admitindo, por conseguinte, que qualquer ocorrência posterior à “manifestação original” do evento tem que manter com este uma fiel condição de identificação, de modo, que todos os aspectos distintivos e diferenciais são vistos com reserva e prova factível da “não coincidência” identitária.

Lima (2008) nos faz lembrar o fato de a problemática “quilombola”, no contexto sociopolítico atual, está relacionada ao processo de reconhecimento de demandas sociais, pautadas na ideia de justiça social; as raízes históricas distintivas e caracterizadoras do percurso feito pelos grupos étnicos é o elo responsável por apresentar e reforçar os elementos de justificação das demandas desses grupos, isto porque a fragilização social, cultural e econômica sofrida por tais grupos foi resultado de forças sociais, políticas, econômicas e ideológicas formadoras de uma ordem político-social específica em tempos anteriores. Atualmente o reconhecimento social de tais grupos étnicos passa diretamente pela promoção de condições de acessibilidade à terra, vista como espaço socialmente elaborado a partir de elementos de “ocupação tradicional”, representando esse tipo de uso de terra na expressão de uma forma específica de organização da vida comunitária que Lima (2008)⁷ denomina de “regime consuetudinário de propriedade da terra”, numa alusão as formas de uso baseadas em relações de parentesco e de solidariedade comumente praticas por grupos étnicos.

Ilka Boaventura (2010)⁸ ao falar dos problemas enfrentados pela atual questão quilombola destaca fundamentalmente dois aspectos: o primeiro se refere ao papel do antropólogo enquanto perito e pesquisador, agente diretamente responsável pela análise científica dos componentes integrantes da historicidade e etnicidade do grupo, cujo papel, apesar das controvérsias existentes no plano ideológico, político e econômico, representa a difícil articulação entre ciência e empiria (prática social); o

⁶ LIMA, Déborah de Magalhães. (2008), “Firmados na terra: a produção do significado de território em dois quilombos de Minas Gerais”. Trabalho apresentado no 32º Encontro Anual da Anpocs, Caxambu, 27 a 31 de outubro. Disponível em <http://200.152.208.135/anpocs/trab/adm/impressao_gt.php?id_grupo=36&publico=S>.

⁷ Idem.

⁸ LEITE, Ilka Boaventura. (2003), “Quilombos: questões conceituais e normativas”. *Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural*, 1: 1-5.

segundo ponto se trata da tentativa de desconstrução das abordagens antropológicas, as quais pretendem afirmar a ilegitimidade e a ausência de objetividade dos estudos, (um argumento frequentemente empregado e que reflete diretamente visões etnocêntricas da questão quilombola se baseia no argumento de que os ‘casos objeto de processo administrativo se referem às comunidades rurais sem nenhum nexo com os antigos quilombos, este tipo de argumento é um exemplo claro de reprodução ideológica da concepção “reificada” e “frigorizada” do fenômeno quilombola)⁹, defendendo, ao mesmo tempo, a necessidade de se repensar toda a política vigente sobre a demanda social por reconhecimento dos grupos étnicos.

A antropóloga Ilka Boaventura (2010), ao tratar dos aspectos acima, lembra o fato de que questões políticas e ideológicas dão, muitas vezes, o tom às discussões atuais, impedindo a emergência de um debate autônomo, claro e objetivo sobre 1) os propósitos das políticas de reconhecimento de direitos das comunidades tradicionais e étnicas; sobre a 2) contribuição advinda da Antropologia (via trabalho pericial e técnico dos antropólogos) para o movimento de empoderamento dos grupos étnicos, auxiliando-os na tarefa de clarificar aspectos da prática social desenvolvida por tais grupos, sendo esta aplicação um exemplo, até certo ponto, de quão proveitoso pode ser a relação entre pesquisador e objeto de estudo, historicamente marcada por conflitos e omissões; e sobre 3) a prática do antropólogo, prática esta definida e localizada no plano da ética científica, dos compromissos diretamente vinculados aos postulados da teoria antropológica, condicionando, portanto, um fazer científico resguardador da objetividade postulada pela ciência. Acerca desse último aspecto – sobre a objetividade e o compromisso ético da ciência – encontra-se um dos grandes desafios da prática antropológica no contexto atual da política pública de reconhecimento das comunidades

⁹ Permitindo-nos um pequeno trocadilho com expressão vulgarizada no senso comum; a concepção “frigorizada” do fenômeno social quilombola admite uma perspectiva histórica que associa uma das primeiras definições “jurídicas” (feita por atores sociais ligados diretamente à estrutura de poder dominante) de quilombo, utilizando-o como parâmetro comparativo, em outros termos, a manifestação atual tem que ser idêntica ou “muito assemelhada” à experiência original (segundo supostamente uma lei universal que comanda o processo histórico, e em particular o processo de formação das comunidades quilombolas). O trocadilho popular “cara-crachá” seria (servindo aqui como figura de linguagem que traz um significado específico de associação e identificação a partir do critério de comparação direta) um bom exemplo do “esforço” comparativo que tendências etnocêntricas e “frigorizadas” fazem acerca da temática quilombola.

étnicas, qual seja: manter de maneira legítima e pública a transparência de suas práticas que estão assentadas tão somente no compromisso ético e científico.

Diante de algumas questões atuais (advindas mais intensamente por parte de alguns segmentos da sociedade civil), é possível vislumbrar o entendimento de que o “fazer antropológico” é passível de muitos assédios e possíveis influências originadas no campo político e ideológico (tanto por parte de instituições, como de grupos e atores sociais), porém, o agravante nisso tudo está no fato de que tais posicionamentos tendem a criar uma representação extremamente negativista sobre o papel do antropólogo e da Antropologia, vistos estes como ferramentas inescrupulosas a serviço das comunidades e da política governamental. Em meio a tais posicionamentos mais de cunho ideológico que propriamente científico, Ilka Boaventura (2010), juntamente com muitos outros teóricos, reforça a necessidade de refletir sobre a prática institucional e científica, não somente focada na Antropologia e em sua função, mas englobando outros elementos e instituições integrantes do processo envolvendo as comunidades étnicas.

Deixando de lado as controvérsias sobre conceito e aplicação da categoria quilombo, citamos, oportunamente, a observação feita por Almeida (2002) sobre remanescente de quilombo ou quilombo, a qual demonstra alguns elementos considerados na análise desse fenômeno social, a saber:

(1) identidade e território indissociáveis; (2) processos sociais e políticos específicos que permitiram aos grupos uma autonomia; e (3) territorialidade específica, cortada pelo vetor étnico no qual grupos sociais específicos buscam ser reconhecidos. Portanto, corresponde uma afirmação a um só tempo étnica e política¹⁰.

Os critérios acima explicitam as dimensões estruturais da identidade e das formas de organização social promovidas pelas comunidades étnicas, com destaque para o entrecruzamento dos campos da etnicidade, da política e da territorialidade, ambos formando a própria condição comunitária quilombola. Nesses termos, como bem demonstrado pelo autor, há uma relação intrínseca entre identidade social e étnica e o território onde o grupo de encontra e dispõe suas ações e práticas específicas.

¹⁰ MARQUES, Carlos Eduardo; GOMES, Lílian. A Constituição de 1988 e a resignificação dos quilombos contemporâneos Limites e potencialidades. RBCS Vol. 28 nº 81 fevereiro/2013. p. 142.

No trecho final da citação acima, aparece a indicação das interrelações entre etnicidade e política, implicando nessa relação a explicitação das questões quilombolas assumidas simultaneamente como questões socioculturais e políticas, sendo esta última a referência ao complexo processo histórico-político no qual está inserido o atual debate referente à dinâmica de afirmação social, posta em termos de processos reivindicatórios consolidados sobre a ideia de identidade coletiva e etnicamente constituída.

Os autores Carlos Eduardo Marques e Lílian Gomes (2013) reforçam a ideia de que o enfrentamento teórico da questão identitária quilombola não leva em conta os limites impostos pelo senso comum (embora este se constitua um campo de representação social muito difundido na sociedade, servindo como parâmetro perceptivo para avaliação do que seja considerado ou não quilombola), cujo aspecto de “pseudocientificidade” fora destacado acima, estando presente em diversas tentativas de desconstrução da teoria e das práticas de pesquisa antropológica, não sendo possível partir de um modelo pronto com a tarefa de simplesmente enquadrar a comunidade aos moldes pré-definidos.

Antes de tudo, a emergência da questão quilombola vem acompanhada por uma série de mobilizações e articulações político-sociais, servindo estes como mecanismos de ampliação dos processos de conscientização interna favoráveis ao redirecionamento de práticas e discursividade reforçadoras da identidade étnica. Destacam os autores supramencionados que tais comunidades foram e são comumente incentivadas e assistidas por entidades não governamentais que atuam como importantes peças na retomada de elementos de conscientização simbólica (ênfatisando aspectos identitários), histórica, social e política.

Os grupos quilombolas não precisam apresentar (e muitas vezes não apresentam) nenhuma relação com o que a historiografia convencional trata como quilombos. Os *remanescentes de quilombos* são grupos sociais que se mobilizam ou são mobilizados por organizações sociais, políticas, religiosas, sindicais etc. em torno do autorreconhecimento como um *grupo específico* e, conseqüentemente, busca-se a manutenção ou a reconquista da posse definitiva de sua territorialidade.¹¹

¹¹ MARQUES, Carlos Eduardo; GOMES, Lílian. A Constituição de 1988 e a resignificação dos quilombos contemporâneos Limites e potencialidades. RBCS Vol. 28 n° 81 fevereiro/2013.

A leitura do trecho acima sintetiza as linhas gerais de apresentação e desenvolvimento da questão quilombola, sendo esta tratada sob um prisma teórico reconhecedor das suas peculiaridades. Uma delas está no fato de que a abordagem histórica pode não associar-se à “historiografia convencional”, visto tratar-se de fenômeno sociocultural cuja manifestação histórica poderá assumir múltiplas facetas, obedecendo à lógica de sua formação histórico-social concreta. Por fim, o nível de mobilização e de articulação social e política com outros movimentos não constitui uma tentativa de “forjar” uma identidade quilombola, mas é a expressão da reflexividade tipicamente experienciada por parte dos grupos étnicos orientados pela busca e promoção das condições de autorreconhecimento.

Sendo assim, entendemos as comunidades remanescentes de quilombo como grupo sociais específicos, detentores de saberes socioculturais representativos e configuradores de sua identidade étnica, porém, tais grupos sociais, para enfrentarem as questões pertinentes à sua sobrevivência e organização, geraram relações sociais com outros grupos na tentativa de ampliarem ainda mais as suas possibilidades de resistência e de reafirmação de sua condição sociocultural. Essa reivindicação fundada na ideia de autorreconhecimento implica no retorno ou na configuração das condições sociais, econômicas e culturais de reprodução de suas existências, sendo tais elementos constitutivos de suas formas específicas de ocupação das terras.

4 A construção da consciência política

As lideranças comunitárias quilombolas são unânimes em afirmar que a educação, pensada em sentido amplo, é a base de formação das consciências políticas e sobre a realidade de modo geral. Essa visão, inclusive, fez com que as comunidades organizadas por meio do Diretório Estadual de Comunidades Quilombolas, requisitassem, junto ao Governo de Estado de Sergipe, o atendimento pontual às demandas por educação e demais carências que tem afetado a qualidade de vida da população quilombola.

O retorno dessa reivindicação veio em 2012 sob a forma do Programa de Desenvolvimento das Comunidades Quilombolas, organizada pela Secretaria de Desenvolvimento Urbano de Sergipe (SEDURB) que, juntamente com o INCRA e demais secretarias de estado como, por exemplo, a Secretaria de Educação e a Secretaria de Integração e Assistência Social (SEIDES), iniciaram as visitas às comunidades com o propósito de analisar o conjunto das carências em cada comunidade quilombola, para, posteriormente, pensar numa série de intervenções, congregando diferentes secretarias do Estado, visando o desenvolvimento e a melhoria de vida dos quilombolas.

Uma das linhas de ação envolveu diretamente a Secretaria de Educação que visualizou nas demandas quilombolas a ausência de conteúdos escolares específicos sobre a questão quilombola e sobre temas relacionados diretamente à trajetória particular da comunidade (vivenciada do ponto de vista local). Outro ponto em destaque se referiu à formação do professor que atuaria nas comunidades quilombolas, no caso das escolas inseridas nas comunidades quilombolas, as coordenações entrevistadas afirmaram que inexistia qualquer critério que imponha um perfil de educador alinhado com a questão quilombola, isto porque as prefeituras e o próprio Estado não despertou para a dimensão identitária quilombola, nesse caso é comum à comunidade ser representada como um povoado qualquer. A perda percepção da dimensão quilombola, enquanto elemento que qualifica a comunidade do ponto de vista de seus processos formativos, por parte dos poderes públicos locais constitui um prejuízo para as comunidades que se veem reféns das ações programáticas das administrações. O esforço conjunto da Política de Promoção da Igualdade Racial é a de justamente colocar nas agendas administrativas, de forma urgente, a necessidade de atendimento das demandas sociais, políticas e econômicas das comunidades quilombolas.

Diante das fragilidades vividas pelas ausências de estruturas de oportunidades, as comunidades quilombolas estão despertando, cada vez mais, para a mobilização política, entendendo, de maneira sólida, que é por meio da formação política, que passa necessariamente pela Educação, o caminho a conduzir a comunidade a um lugar de superação das carências.

Daí a necessidade de entender o papel da Educação, que se dá nas escolas e demais espaços de formação social, e de redefinir as práticas, diluindo-as no campo de luta e de reconhecimento pretendido pelas comunidades. Por isso, não pode haver divergência, na visão das lideranças, entre o papel político que a comunidade exerce na sociedade (e no seu diálogo direto com o Estado) e os processos educativos que ocorrem no contexto das próprias comunidades quilombolas.

5 A formação docente das Comunidades Quilombolas

A Educação Escolar no seio das Comunidades Quilombolas constitui, ainda, um grande desafio para o recente processo de luta por reconhecimento vivido pelo grupo étnico quilombola. A natureza desse desafio consiste no fato de que o processo de reconhecimento das comunidades foi contemplado na agenda do Governo Federal a partir do ano de 2003, quando, por ocasião do Decreto 4.887 de 2003, foi determinado, no interior da administração pública federal o desenvolvimento de ações que tivessem o propósito de legitimar e concretizar o acesso dos quilombolas ao território, além do atendimento de outras demandas organizadas pela administração pública federal. Tal atendimento às demandas quilombolas corresponderia à tentativa de reconstruir uma série de ações que pretendam conferir dignidade a um grupo (cuja origem étnica está diretamente relacionada à uma estrutura de exploração e de agressão de toda ordem).

Entretanto, o desafio atual do ponto de vista da administração pública (nas diversas esferas) se refere à elaboração de formas de ação capazes de articular as diversas carências e desenvolver programas capazes de promover as melhorias necessárias nas realidades vividas pelas comunidades. Considerando a área da Educação, esse desafio é ainda mais agravado pelo fato de que a gestão passa pelo Estado e pelos respectivos municípios. As divergências ideológico-partidárias, orçamento limitado e ausência de prioridades (na agenda política dos governos) que contemplem as particularidades das comunidades quilombolas são os fatores mais comuns apontados como responsáveis por justificar a manutenção das carências sociais, econômicas, culturais e educacionais.

Nas entrevistas e pesquisas feitas a partir de questionários é flagrante alguns dados que se referem ao desencontro de "visões". Agentes diretamente envolvidos numa mesma realidade, tais agentes pensam a partir de pontos de vista muito diferentes e até mesmo divergentes, é o caso específico de professores e de lideranças das comunidades quilombolas. No caso dos professores que atuam nas escolas (estaduais ou municipais) há o entendimento de que a Educação Escolar não tem a necessidade de contemplar conteúdos formativos relacionados à trajetória histórico-social da comunidade (da ótica local ou nacional), ou seja, apesar de reconhecerem a importância de tais saberes locais para a compreensão da "luta por reconhecimento das comunidades" a quase totalidade dos entrevistados (90%, o que correspondeu em números reais a 18 entrevistados, dentre eles coordenação e professores), entendem também que não há nenhum acréscimo à formação das competências escolares.

Esse tipo de interpretação é baseado numa leitura equivocada sobre a relação entre Educação e Política; enquanto a primeira tem sua função social definida em termos da busca pela consolidação das competências (dentro de especificidades determinadas pelos requisitos socioeconômicos que orientam os processos formativos para o atendimento de demandas apresentadas pelo sistema societário), a Política é percebida – pelos profissionais da educação entrevistados e que atuam nas comunidades quilombolas – como não tendo raízes na vida comunitária, estando em outros cenários, mais especificamente no cenário político-partidário. Essa percepção, na verdade, ilustra uma típica representação superficial e contraditória em relação à Política e sua importância na vida dos sujeitos.

Outro fator pode se apresentar como elemento de agravante na postura e forma de "ver as coisas", refere-se à ausência de elementos de informação capazes de subsidiar a compreensão dos processos de luta e de reconhecimento vividos pelas comunidades quilombolas. Nesse caso, a presença física da escola no interior da comunidade e a prestação dos serviços educacionais não garantem, por si só, o correto alinhamento entre prática educativa e comunidade.

Quando os professores foram indagados sobre os problemas vividos cotidianamente por eles no tocante ao tratamento do conteúdo e sobre a possibilidade de implementar o currículo por meio da incorporação, aos conteúdos escolares, de temas

relacionados à comunidade e à questão quilombola, os entrevistados afirmaram que em relação aos problemas cotidianos: (1) as dificuldades vividas por eles nas escolas inseridas nas comunidades quilombolas, são idênticas à outras realidades de escolas da rede pública de ensino, outros responderam que mesmo em escolas particulares alguns problemas existiam (problemas materiais, logísticos e de relações humanas); sobre a (2) incorporação de saberes locais (aspectos do conhecimento local, constituidores da própria noção de historicidade, presente na relação entre comunidade e territorialidade, entendido este como espaço de vivência e de reprodução sociocultural) à prática de ensino, os professores são unânimes em afirmar que a incorporação de conteúdos "estranhos" ao programa das disciplinas não é "natural", ou seja, mesmo que os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN's) estabeleça a noção de diversidade e de multiculturalismo, não há dispositivos institucionais objetivos que garantam o equilíbrio entre o conhecimento curricular e outras formas de conhecimento, isto porque este último acaba sendo, comumente, apresentado como apêndice do primeiro; ainda outro fato em que os professores entrevistados foram taxativos se refere ao engajamento político e social das lideranças no processo de formação dos educandos quilombolas, isso significa dizer que quanto mais for efetiva a presença das lideranças nos processos formativos (na escola e fora dela, considerando a comunidade como parâmetro) maior a garantia de que saberes escolares e tradicionais (locais) caminharão lado a lado para auxiliar na formação de uma prática social consubstanciada na vivência prática dos sujeitos.

Considerando, particularmente, a formação dos professores, alguns dados objetivos auxiliam na compreensão sobre a postura dos educadores em relação ao seu papel. A pesquisa selecionou professores de História e Pedagogos. Como em apenas duas comunidades existe Ensino Fundamental (abrangendo até o 9º ano) a população de entrevistados que lecionam a disciplina de História foi de apenas 3 professores, os demais 17 entrevistados são da área de Pedagogia e lecionam até o 5º ano do Ensino Fundamental. No tocante aos professores de História, cujos cursos foram feitos em uma mesma Instituição de Ensino Superior do Estado de Sergipe, eles afirmaram que não tiveram contato significativo com estudos relacionados à História da África ou à Histórica dos Povos Afrodescendentes, todavia, reconhecem que os temas relacionados

estavam inclusos em algumas disciplinas, compondo o conteúdo programático do curso, sem qualquer tipo de ênfase. Diante disso, ficou evidente que, na própria formação acadêmica, não houve o tratamento substancial de temas que pudessem auxiliá-los na compreensão da temática quilombola ou "afro-brasileira". Indagados sobre a identificação com tais temas, os entrevistados afirmaram que considera a temática interessante e de utilização urgente, mas não possuem identificação com tais conteúdos. Segundo o que foi mencionado em item anterior, as Secretarias Municipais e Estadual de Educação não determinam critérios que adequem o perfil do educador às realidades das comunidade quilombolas, contribuindo, assim, para reforçar a distância entre formação curricular e saberes locais.

Entretanto, existem exceções no tocante ao perfil do educador e sua proximidade com os conteúdos relacionados à História do negro no Brasil e das comunidades quilombolas. É o caso das Comunidades Quilombolas Lagoa dos Campinhos (Amparo do São Francisco) e Mocambo (Porto da Folha). As duas comunidades estão, atualmente, no usufruto de seus respectivos territórios, desenvolvendo sobre eles a gestão soberana que lhe confere a Constituição Federal e os normativos do INCRA e da FCP. Nesse sentido, é possível verificar o diálogo e a aproximação entre a vida escolar e a gestão da comunidade, ou seja, as preocupações com o conhecimento da "própria História" e de outros elementos relacionados à trajetória sócio-histórica do grupo é tema recorrente na sala de aula, havendo o engajamento entre conhecimento escolar e a dimensão política e histórica da comunidade.

Um fator que possibilitou essa aproximação entre Escola e Comunidade foi o diálogo das lideranças quilombolas com os órgãos públicos (Estado, prefeitura e Governo Federal). Desse modo, a escola acolhe as demandas da comunidade, mantendo com esta um diálogo aberto e comprometido com a preservação da memória e dos valores que formaram a comunidade. O perfil dos profissionais está, necessariamente, adequado às demandas e aos anseios do grupo étnico.

Mesmo o quadro geral das comunidades quilombolas pesquisadas não ser favorável à formação de um diálogo aberto entre escola e comunidade (que reflete o grau de maturidade da visão administrativa dos governos nessa questão), pode-se

verificar o crescente amadurecimento da mentalidade do gestor público e da escola no sentido de entender a necessidade de configuração em suas relações com a comunidade. Da parte das lideranças e dos membros quilombolas a luta por reconhecimento deve envolver outras frentes, sendo a Educação uma das preocupações mais constantes das comunidades, preocupadas com o seu futuro e a perpetuação de valores ao longo da História.

6 Considerações Finais

O atual esforço das Comunidades Tradicionais Quilombolas em alcançarem uma condição de reconhecimento perante a Sociedade Civil e o Estado abrange diversos aspectos da vida social, passando desde a esfera cultural até a esfera de reprodução socioeconômica. É fato que este conjunto de esforços realizados pelas comunidades e suas entidades de representação tem sido marcado pela busca da consolidação de uma prática de luta social baseada na consciência política. Porém, é preciso entender que a condição de fragilidade social experienciada pelas comunidades acaba impactando diretamente sobre as condições objetivas e subjetivas de formação da consciência política. Diante desse contexto de fragilização das comunidades quilombolas a Educação, especialmente a Educação Escolar, é concebida como a via direta para a formação da consciência crítica tão necessária e almejada pelo grupo étnico.

A importância da Educação, porém, não reside apenas na "politização" dos seus membros, mas se baseia justamente na articulação entre prática escolar e valores socioculturais constitutivos da história da comunidade. A convergência desses campos é fundamental para o êxito dos processos de consolidação da identidade quilombola (do ponto de vista de sua autoconsciência), além de contribuir para a inserção dos seus membros nos contextos concorrenciais e competitivos organizados pela sociedade de mercado.

A pesquisa demonstrou a necessidade de ajustamento da escola ao contexto em que está inserida. O educador e os demais agentes envolvidos no processo de escolarização devem estar atentos aos propósitos sociais da formação escolar e todos os agentes trabalharemos em favor da construção de um projeto social e político, responsável

por favorecer a busca por reconhecimento das comunidades quilombolas no estado de Sergipe.

7 Referências

ALMEIDA, Alfredo W. B de. (1996), “Quilombos: sematologia face a novas identidades”, in Sociedade Maranhense de Direitos Humanos & Centro de Cultura Negra do Maranhão (orgs.), *Frechal terra de preto: quilombo reconhecido como reserva extrativista*, São Luís, s. ed., pp. 11-19.

ALMEIDA, Alfredo W. B de. (2002), “Os quilombos e as novas etnias”, in, Eliana C. O’Dwyer (org.), *Quilombos: identidade étnica e territorialidade*, Rio de Janeiro, FGV, pp. 83-108.

ALMEIDA, Alfredo W. B de. (2006), Terras de quilombo, terras indígenas, “babaçuais livres”, “castanhais do povo”,

DECRETO N. 4.887, DE AGOSTO DE 2003.

GUPTA, Akhil; FERGUSON, James. Para Além da “Cultura”: Espaço, identidade e política da diferença. São Paulo: Editora Provença. 2007.

INSTRUÇÃO NORMATIVA N. 57, DE MAIO DE 2009.

LEITE, Ilka Boaventura. “Quilombos: questões conceituais e normativas”. *Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural*, 1: 1-5, 2003.

LIMA, Déborah de Magalhães. (2008), “Firmados na terra: a produção do significado de território em dois quilombos de Minas Gerais”. Trabalho apresentado no 32º Encontro Anual da Anpocs, Caxambu, 27 a 31 de outubro. Disponível em <http://200.152.208.135/anpocs/trab/adm/impressao_gt.php?id_grupo=36&publico=S>.

MARQUES, C. E. (2008), *Remanescentes das comunidades de quilombos: da resignificação ao imperativo legal*. Dissertação de mestrado, Belo Horizonte, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais. . (2009). “De quilombos a quilombolas: notas sobre um processo histórico-etnográfico”. *Revista de Antropologia*, 52 (1): 339-374.

MARQUES, Carlos Eduardo; GOMES, Lílian. A Constituição de 1988 e a ressignificação dos quilombos contemporâneos Limites e potencialidades. RBCS Vol. 28 nº 81 fevereiro/2013. p. 142.

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL. CONSTITUIÇÃO FEDERAL, 1988.